

Os precursosores sócio-afetivos do símbolo.

O processo de transformação das experiências sensoriais e emocionais primordiais em símbolos se originam nas relações iniciais entre mãe e bebê. A compreensão deste processo pode ser enriquecida e ampliada pelas contribuições de pesquisas na área da psicologia do desenvolvimento sobre as implicações destas interações na constituição do sujeito. Serão utilizados quatro conceitos centrais desta perspectiva como eixos teóricos, pois correspondem aos fenômenos privilegiados para a compreensão da emergência dos símbolos, na perspectiva do desenvolvimento sócio-afetivo: a noção de “intersubjetividade primária”, “inresubjetividade secundária” (Colwyn Trevarthen), o conceito de “sintonia afetiva” (Daniel Stern) e o conceito de “atenção compartilhada” (E. Bates).

As interações precoces são entendidas como a matriz constitutiva da subjetividade e a unidade elementar da vida psíquica. A idéia de que a aquisição dos símbolos é parte de um processo contínuo que se constrói a partir das relações intersubjetivas iniciais fundamenta pesquisas na área do desenvolvimento típico. A principal diferença entre esta rede conceitual e o referencial psicanalítico deve-se a abordagem da função do símbolo. A perspectiva psicanalítica destaca a concepção do símbolo como unidade psíquica que compõe a fantasia inconsciente, e assim, refere-se à função do símbolo na construção do mundo interno e no estabelecimento da relação com a realidade objetiva. Na concepção pragmática, o enfoque é dado ao uso do símbolo como forma de agir sobre o mundo e compartilhar experiências com outras pessoas. De acordo com o ponto de vista da presente pesquisa, estas duas redes conceituais podem ser

complementares e integrar uma visão ampla sobre o desenvolvimento da simbolização.

Melanie Klein (1930) compreende a ansiedade e a culpa como os agentes motores da formação dos símbolos, enfatizando assim, o papel dos impulsos e fantasias do bebê neste processo. No caso Dick, Klein remete o estado rudimentar de sua capacidade de simbolização e as dificuldades do menino em estabelecer relações de objeto ao “ambiente familiar escasso em afeto”. Sobre a história pessoal pregressa de Dick, relata as tentativas frustradas da mãe em amamentá-lo durante suas primeiras semanas de vida. Quando contava seis semanas de vida, foi-lhe apresentada uma ama de leite, e nova tentativa foi frustrada, passando então para alimentação artificial. Precocemente, Dick sofreu de problemas digestivos e Klein atribuiu estes contratempos em seu desenvolvimento inicial, a ausência de uma troca afetiva genuína com a mãe. Segundo Klein, nem o pai nem a babá lhe demonstravam grande afeição, dificultando a possibilidade de o menino estabelecer qualquer tipo de vínculo afetivo.

A constituição subjetiva, para Klein, é compreendida como ocorrendo a partir dos mecanismos de projeção e introjeção nas relações de objeto iniciais. A constituição dos objetos internos se dá inextricavelmente a partir da experiência com objetos externos, no entanto, o universo das pulsões está sempre conectado as experiências com o mundo externo. Não significa que os objetos internos correspondam a representações fiéis da relação com objetos externos, mas que esta construção se dá em mão dupla. De acordo com uma perspectiva sócio-afetiva, a aquisição de um funcionamento simbólico vincula-se não apenas a exposição em um contexto repleto de significados, mas necessariamente a prática participativa nas interações deste contexto. O referencial social trata, exclusivamente, de como se dá a constituição do simbolismo a partir das experiências sociais observáveis.

4.1.

Os bebês como seres “ultra-sociais”.

Numa perspectiva sócio-pragmática, o bebê é concebido como um ser social desde o nascimento, ou seja, está constitucionalmente equipado para entrar num diálogo recíproco com seus cuidadores. E assim, a experiência social precede qualquer possibilidade de experiência individual. Segundo Michael Tomasello, em “Origens culturais da aquisição do conhecimento humano” (2003), pesquisas da psicologia do desenvolvimento permitiram concluir que os bebês não são apenas seres sociais como outros primatas, mas seres “ultra-sociais” desde o nascimento. Dois comportamentos sociais específicos reforçam esta hipótese: a imitação neonatal e as protoconversações.

Segundo Tomasello, a observação naturalista e experimental de comportamentos de imitação neonatal permitiu verificar que bebês de seis semanas conseguiam modificar um de seus comportamentos naturais (protusões de língua) para torná-lo semelhante ao comportamento de um adulto. Inferiu-se então, que “estes comportamentos de imitação refletiriam uma tendência dos bebês não só de imitar movimentos conhecidos, mas de se identificar com co-específicos” (Tomasello, 2003, p. 82). Outro tipo de comportamento observável no bebê já nos primeiros dias de vida, que indicariam a presença de um equipamento inato para a interação social, são as protoconversas. Estas são interações sociais face-a-face que incluem olhar, tocar e vocalizar de maneira a expressar e compartilhar emoções básicas. Além de possuírem uma estrutura alternada, parece ser uma característica universal da interação adulto-criança na espécie humana. Estas observações da imitação neonatal e protoconversas apontam para o que seriam os precursores, no viés psicanalítico, do processo de identificação constitutivo do sujeito e, considerado em termos freudianos, como

“a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa” (Freud, 1921).

Estes comportamentos de imitação e protoconversas são descritos por Meltzoff e Trevarthen como formas neonatais de inteligência representacional pré-simbólica, pois “sugerem que a imitação, por exemplo, pode ser mediada por uma representação de atos ausentes no momento atual” (Apud Beebe, 2003, p. 4). O núcleo da teoria de Meltzoff sobre as origens da intersubjetividade e da representação é que a criança percebe as correspondências entre o self e o outro desde o momento do nascimento. Para Trevarthen, a observação da imitação neonatal consiste na peça chave da evidência de que existe uma intersubjetividade inata (Apud Beebe, 2003).

O tema da intersubjetividade possui especificidades para cada um destes pesquisadores. Para Trevarthen, subjetividade significa “a habilidade de mostrar através de ações coordenadas que intenções estão sendo conscientemente reguladas” (2001, p. 5). A intersubjetividade significa, neste referencial, a capacidade de adaptar o controle subjetivo à subjetividade de outro. É vista como uma capacidade humana inata, uma forma primária de consciência em termos de uma perspectiva subjetiva organizadora a partir da qual a subjetividade possa emergir. Para Meltzoff e Trevarthen, haveria uma intersubjetividade primária desde o nascimento, expressa mediante comportamentos de imitação neonatal. Trevarthen (2001) estabelece que os seres humanos sejam equipados desde o nascimento com habilidades preparadas para uma simpática e cooperativa vida mental em uma sociedade criadora de significados culturais e que os transmita aos mais jovens.

Segundo a teoria da “intersubjetividade inata”, recém-nascidos usam todos os seus sentidos, alguns mais efetivamente que outros, para perceber as manifestações das motivações em movimento de um outro ser humano. Até mesmo um bebê prematuro pode se aproximado com suficiente gentileza, interagir por padrões

rítmicos de protoconversações com vocalizações, toques, e expressões da face ou das mãos, se apresentados por um adulto atento e afetuoso. Ao definir uma “intersubjetividade primária” e uma “intersubjetividade secundária”, Trevarthen enfatiza a distinção entre um campo simbólico e um campo pré-simbólico de intersubjetividade, com formas de intersubjetividade distintas em cada campo. Trevarthen conceitualiza níveis progressivos de intersubjetividade que, segundo Beebe, são definidos como:

“A “intersubjetividade primária” se refere à coordenação do self e do outro baseada em correspondências de forma, sincronia e intensidade. A “intersubjetividade secundária” inclui um objeto e se refere à intercoordenação do self, do outro e do objeto baseada no intercâmbio cooperativo de gestos referenciais. A “intersubjetividade secundária” se desenvolve aos nove meses e coincide com o início do funcionamento simbólico” (2003, p. 13).

Stern, apesar de também considerar a presença de um potencial inato para a interação social, conceitua como “intersubjetividade” apenas o momento em que começa a emergir uma inteligência simbólica nas relações triádicas, em torno dos nove meses de idade. Assim, Stern nomeia como intersubjetividade apenas o que Trevarthen trata como intersubjetividade secundária. Afirma que a concepção de um relacionar-se intersubjetivo é mais completa se considerar o potencial inato, os instrumentos adquiridos socialmente (estrutura de normas, formatos de ação e procedimentos de descoberta) e os significados interpessoais que são mutuamente criados (Stern, 1992). Também, para Tomasello essas primeiras interações não podem ser consideradas intersubjetivas já que a criança ainda não é capaz de perceber o outro como sujeito da experiência. No entanto, são profundamente sociais, pois incluem conteúdo emocional e estrutura alternada.

De acordo com Trevarthen (2001), o canal receptivo-expressivo de comunicação tem uma especial importância para a

criança, neste momento em que os desenvolvimentos do corpo e da mente são mais rápidos. Elaborar intuitivamente comportamentos de ambas as partes facilita a comunicação entre a criança e o adulto cuidador, e quando ocorre uma falha em um deles, a criança torna-se incapaz de beneficiar-se do cuidado e seu desenvolvimento psicológico será afetado. As motivações adaptativas da criança especificam necessidades que só podem ser compreendidas por uma pessoa que esteja pronta para responder intuitivamente com uma expressão realçada de sentimentos de imediato, oferecendo respostas de formas variadas e contingentes às expressões infantis. Esta idéia remete a concepção bioniana da importância da capacidade de *reverie* da mãe para o desenvolvimento de uma função simbólica no bebê, denominada como função alfa e discutida no capítulo anterior. Sendo assim, daremos continuidade à discussão sobre o processo de transformação das experiências sensoriais e afetivas para a complexa habilidade de simbolização, dentro de um contexto intersubjetivo, nos itens seguintes deste capítulo.

4.2.

A emergência do “senso de eu” na díade mãe-bebê:

Ao destacar a emergência do “senso de eu” na relação inicial mãe-bebê, objetiva-se identificar as experiências intersubjetivas elementares que precedem à formação de símbolos. Procura-se discutir como a criança aprende a formar e comunicar seus afetos através do diálogo com a mãe, permitindo assim a emergência de uma cognição a partir da constituição de proto-símbolos. Daniel Stern aborda as primeiras experiências da díade mãe-bebê, na fase denominada por Trevarthen como “intersubjetividade primária”, que antecede e cria as condições para o uso de símbolos.

Freud, em “Formulações sobre os dois princípios de funcionamento mental” (1911), afirmou que sempre que o bebê se depara com um estado de necessidade fisiológica, a satisfação da mesma é alucinada. No entanto, o recurso alucinatório logo se mostra ineficiente no sentido de alterar aquele estado que só será modificado a partir da percepção real de satisfação. Desta forma, considera um senso de realidade presente na experiência do bebê desde o início, a partir das experiências perceptivas. Segundo Freud, o reconhecimento de um exterior é proporcionado, de forma gradativa, pelas experiências de sofrimento e desprazer. Acrescenta que “a partir das sensações constantes de estimulação interna e da experiência com fontes externas que lhes escapam vez por outra, o ego é contrastado por um objeto, sob a forma de algo que existe exteriormente.” (1929, p. 76). Desse modo, o ego, após um momento de inclusão total, constrói as fronteiras de um mundo interno, separando de si mesmo, um mundo externo. Vêm-se as origens de uma relacionalidade e de um senso de eu e de outro que se desenvolve gradativamente nas experiências primitivas, neste fragmento do texto freudiano.

Pesquisas atuais descrevem de forma detalhada como se dá este processo de constituição subjetiva a partir de experiências intersubjetivas. Daniel Stern propõe que alguns sentidos de eu¹ existam muito antes da autoconsciência e da linguagem. De acordo com sua teoria “essa experiência subjetiva organizadora é a contraparte pré-verbal, existencial, do eu objetificável, auto-reflexivo, verbalizável” (Stern, 1992, pg. 4). Seus estudos enfocam os “sentos de eu” essenciais para as interações sociais cotidianas, tais como: senso de agência, senso de coesão física, senso de continuidade, senso de afetividade, senso de um eu subjetivo, senso

¹ O termo “senso” é usado no sentido de uma consciência simples (não auto-reflexiva) e corresponde ao nível da experiência direta, não do conceito. Por “de eu”, quer dizer “um padrão invariante de consciência que surge apenas no momento das ações ou processos mentais do bebê”, ou “uma forma de organização” (Stern, 1992, pg. 4).

de criar organização, senso de transmitir significado que estabelecem os fundamentos para a experiência subjetiva.

Stern concebe o desenvolvimento como caracterizado por “mudanças qualitativas” que se processam a partir das novas integrações que ocorrem em “saltos quânticos”. Entre esses períodos de mudanças rápidas ocorrem períodos de relativa tranquilidade, quando as novas integrações parecem consolidar-se. O resultado é que o bebê parece ter um novo senso de quem ele é e de quem o outro é, assim como um diferente senso dos tipos de interação que agora podem ocorrer. Enfatiza que “embora esses domínios do relacionar-se resultem em mudanças qualitativas na experiência social, elas não são fases; mas são formas de experiência social que permanecem intactas por toda a vida” (Stern, 1992, pg. 6). Estas formas de experiência sócio-afetivas são denominadas, respectivamente, como: senso de um eu emergente, senso de um eu nuclear, senso de um eu subjetivo, senso de um eu verbal.

O senso de um eu emergente é a fase que vai do nascimento até os dois meses de idade e é considerada como uma fase pré-social, pré-cognitiva, pré-organizada. Segundo Stern, durante estes primeiros dois meses o bebê está ativamente formando o senso de um eu emergente, e que permanecerá ativo pelo resto da vida. A partir de um paradigma experimental de métodos de eliciar respostas nos bebês, alguns princípios gerais sobre a percepção, cognição e afeto dos bebês, nesta fase, puderam ser estabelecidos: os bebês são capazes de discriminar o cheiro do leite de suas próprias mães; estão especialmente interessados na voz humana, em preferência a outros sons de mesmo diapasão e sonoridade; preferem olhar para rostos em vez de outros variados padrões visuais. Estas três respostas referem-se a questões interpessoais e comprovam, assim, a responsividade precoce dos bebês ao seu mundo social. Conclusão esta, que está em sintonia com a teoria da

intersubjetividade inata proposta por C. Trevarthen, e discutida no sub-capítulo anterior.

Foi percebido também que os bebês buscam estimulação sensorial; possuem preferências distintas com relação às sensações que buscam e às percepções que formam e, isto é inato. Stern (1992) afirma que uma das tendências mentais centrais que os bebês logo apresentam é a tendência a organizar o mundo através da procura de invariantes, ou seja, há uma motivação intrínseca para ordenar o universo pessoal e esta corresponde a um imperativo da vida mental. O bebê expressa a sua capacidade em fazê-lo ao identificar os “invariantes” que gradualmente organizam a experiência sensorial e possibilitam a discriminação entre eu e outro. Esta idéia aponta para o que seria um dos precursores do simbolismo, se entendido em sua função de organizador da experiência sensorial e emocional. O bebê prontamente descobrirá quais aspectos de uma experiência são invariantes e quais são variantes, isto é, quais aspectos pertencem à experiência. Assim, Stern concluiu que os processos afetivos e cognitivos não podem ser separados e que a aprendizagem é motivada e carregada de afeto.

Para Stern, no período de “emergência do senso de eu”, grande quantidade da interação social acontece a serviço da regulação fisiológica, mas não exclusivamente. Ou seja, grande parte desta função de regulação é realizada através das mútuas trocas de comportamentos sociais. Desde o início, os pais atribuem intenções, motivos e autoria das ações a seus bebês. Neste ponto, encontra-se uma similaridade com a teoria das relações de objeto da escola britânica de psicanálise, já que segundo ele, “foram os únicos que admitiram um relacionamento social humano presente desde o nascimento, que existe por si próprio, que é de natureza definível e que não depende dos estados de necessidade fisiológica” (Stern, 1992).

Nestes primeiros dois meses, os bebês não são capazes de fazer um conceito integrador a respeito do eu. Eles vivenciam

experiências separadas, não relacionadas, que ainda precisam ser integradas em uma perspectiva abrangente. Esta conclusão fundamenta a hipótese de experiências de não-integração primordiais desenvolvida por psicanalistas, tais como M. Klein (1946) e Winnicott (1962), a partir da experiência clínica. O que nos remete ao processo de integração necessário ao desenvolvimento do ego, que segundo Melanie Klein, é fortalecido por experiências externas de gratificação:

“A meu ver é mais útil a ênfase dada por Winnicott à não-integração do ego arcaico. Eu diria também que falta, em grande medida, coesão ao ego arcaico e que uma tendência à integração se alterna com uma tendência à desintegração, a um despedaçamento” (Klein, 1946, p. 23).

A falta de relação entre estas experiências não é percebida. Quando as diversas experiências estão, de alguma forma, unidas o bebê experiencia a emergência de uma organização. O senso de um eu emergente refere-se ao processo e ao produto da organização em formação, diz respeito à aprendizagem das relações entre as experiências sensoriais do bebê. Esta integração do ego permitirá o início de diferenciação entre objetos externos e internos.

Segundo Stern, para a formação de um senso de eu e de outro emergentes, alguns processos inatos primordiais são necessários e estão envolvidos na tarefa de conectar experiências, tais como: a percepção amodal, a percepção fisionômica e os afetos de vitalidade. A percepção amodal consiste em:

“Realizar uma transferência modal cruzada de informação que lhe permite reconhecer uma correspondência através do toque e da visão, por exemplo. A união das experiências tátil e visual é realizada pela predisposição inata do sistema perceptual e não pela experiência de mundo repetida” (Stern, 1992, pg. 43).

De acordo com este referencial, a percepção amodal toma a informação recebida em uma modalidade sensorial e, a partir de

uma codificação em uma forma supramodal (ainda desconhecida), pode ser reconhecida em qualquer uma das outras modalidades sensoriais. Esta capacidade inata dos bebês contribuiria, assim, para a emergência de um senso de eu e de outro no sentido de que, ao conectar experiências sensoriais, estaria auxiliando na integração de partes deste eu e deste outro. Para exemplificar, cita a experiência com o seio materno: “O seio sugado, o seio sentido e o seio visto emergiriam como uma experiência já integrada de uma parte do outro, a partir da união não-aprendida das sensações táteis e visuais” (Idem). Ou seja, os bebês estão, assim, predispostos a formar certas integrações.

Imbasciati (1998, p. 141) supõe a capacidade de percepção amodal, desenvolvida por Stern, como fundamento do processo de abstração:

“Pode não ser considerada símbolo a unidade expressiva com que a criança comunica seus estados de ânimo, mas o processo interno de diferenciação de significados interiores, que está ligado aos significantes exteriores, veiculáveis por meios sensoriais, deveria constituir a essência da formação de símbolos” (Imbasciati, 1998, p. 141).

Conclui que a experiência da criança no diálogo com a mãe é a validação interpessoal da constituição das primeiras unidades de significado. Para Imbasciati, essas sucessivas diferenciações semânticas podem ser consideradas como proto-símbolos.

Outro recurso inato que o bebê poderia contar para lidar com a dimensão não-integrada da experiência neste início é a “percepção fisionômica”. Esta se refere ao mecanismo de percepção que surge da experiência com o rosto humano. Através deste, o bebê experimentaria de forma direta os “afetos categóricos” (feliz, triste, zangado e etc.) Estes afetos agiriam como o curso supra modal em que a estimulação em qualquer modalidade perceptiva pode ser traduzida.

A terceira qualidade da experiência que pode exercer a função de gerar uma unidade perceptual são os “afetos de vitalidade”. Stern define-os como “formas de sensação inextricavelmente envolvidas com todos os processos vitais tais como: surgindo, desaparecendo, explosivo, prolongado e etc.” (Ibidem). Estes afetos são característicos de *formas* de expressão tais como a dança e a música, ou seja, procuram exprimir uma maneira de sentir mais do que um conteúdo de sentimento. Segundo Stern, “o mundo social experienciado pelo bebê é primariamente um mundo de afetos de vitalidade” (Stern, 1992, pg. 50). Ou seja, é primariamente um mundo de qualidades abstraíveis de forma, número, nível de intensidade e etc. Um aspecto subjacente dos afetos de vitalidade é a noção de contornos de ativação. Esta noção consiste em que “uma variedade de experiências sensoriais diversas com contornos de ativação similares podem ser reunidas e experienciadas como correspondentes e, dessa forma, como criando organização” (Idem). Tais como quando o cuidador, com o intuito de acalmar o bebê, diz: “Calma, calma....”. Mas pode também, ou ao mesmo tempo, alisar suas costas com carícias que possuam o mesmo ritmo e os mesmos intervalos usados nas palavras. Ambas serão sentidas pelo bebê como contendo contornos de ativação similares e resultariam na mesma experiência de afeto de vitalidade.

São essas experiências subjetivas, de várias organizações em formação que Stern chama “um senso de eu emergente”. Desta forma, para Stern (1992):

“Esse mundo subjetivo global da organização emergente é e permanece o domínio fundamental da subjetividade humana. Ele opera fora da consciência como a *matriz experiencial* a partir da qual os pensamentos, formas percebidas, atos identificáveis e sentimentos verbalizados surgirão mais tarde. Finalmente, ele é o reservatório básico em que podemos mergulhar para todas as experiências criativas.”

A segunda forma de experiência social ocorre como o “senso de um eu nuclear”, desenvolve-se entre dois e seis meses de

idade e caracteriza-se por uma experiência de maior integração por parte do bebê. Para Stern, este período corresponderia ao período de vida mais exclusivamente social em que o bebê está completamente interessado nas interações face-a-face. Essas interações sociais envolvem prioritariamente a regulação do afeto e da excitação.

O senso de um eu nuclear se constitui a partir de quatro tipos de auto-experiências que vão se organizando progressivamente: *auto-agência*, ou seja, a autoria das ações; *auto-coerência*, a partir das experiências de ser um todo não fragmentado, físico, com fronteiras e um ponto de ação integrado; *auto-afetividade* ou experiências de qualidades internas padronizadas de afetos e; *auto-história* ou senso de continuidade do existir. Resume:

“Os bebês parecem abordar o relacionar-se interpessoal com uma perspectiva organizadora que faz sentir como se agora existisse um senso integrado deles próprios como corpos distintos e coerentes, com controle sobre suas próprias ações, posse de sua própria afetividade, um senso de continuidade e um senso das outras pessoas como interagentes distintos e separados” (Stern, 1992, pg. 61).

Stern também relaciona a ausência significativa de qualquer uma dessas quatro auto-experiências à psicose, tal como Melanie Klein associou também à psicose, as ansiedades e os mecanismos de defesa característicos da posição esquizo-paranóide. Esta posição coincide com o período de constituição do senso de eu nuclear de Stern.

A experiência de auto-agência se caracterizaria pela presença de três auto-invariantes: o senso de volição, o feedback proprioceptivo e a possibilidade de predizer até certo ponto as conseqüências de um ato. O invariante da volição, segundo Stern, é o invariante mais fundamental da auto-experiência nuclear, pois se refere ao registro mental de um plano motor que permite a sensação de que as ações nos pertencem. Um nível de organização maior que o simples reflexo que comanda os movimentos musculares

voluntários. O *feedback* proprioceptivo “é uma realidade penetrante da auto-ação, seja esta iniciada pelo eu ou manipulada passivamente pelo outro” (Stern, 1992, p. 70). Seria a combinação entre as invariantes da volição e da propriocepção, que torna possível os precursores para a discriminação por parte do bebê de um eu nuclear, um outro nuclear e o eu-com-outro. Assim, também possui implicações para a diferenciação eu e outro, já que as ações do eu sobre o eu tem um esquema de reforço constante, e as ações do eu sobre os outros são mais variáveis em termos de recompensas.

A experiência de auto-coerência refere-se à sensação dos limites corporais, de ser “uma entidade física única”, e só é possível na presença de cinco invariantes: unidade de local, coerência de movimento, coerência de estrutura temporal, coerência de estrutura de intensidade e coerência de forma. A auto-afetividade trata do reconhecimento por parte do bebê de um conjunto de sensações que se relacionam a cada emoção separada. Ou seja, para cada experiência emocional ocorrem invariantes como:

“O feedback proprioceptivo de padrões particulares de fluxo motor para o rosto, respiração e aparato vocal, sensações internamente padronizadas de estimulação ou ativação e qualidades de sentimentos específicas para a emoção” (Stern, 1992, p. 78).

A noção de auto-história refere-se ao senso de “continuar sendo”, tal como descrito por Winnicott (1958). Para Stern, a memória é o ingrediente necessário para esta experiência de continuidade, na medida em que a memória é um processo para integrar os diversos aspectos de uma experiência vivida. O relacionar-se nuclear estabelece as distinções físicas e sensoriais do eu e do outro e é a condição necessária para o relacionar-se intersubjetivo, pois, apenas após a emergência de um senso de eu e de outro separados que se faz possível o senso de experiências de encontro, do ponto de vista do bebê.

4.3.

A sintonia do afeto, precursora privilegiada do símbolo:

Stern destaca que a interafetividade pode ser a primeira forma, mais difundida e mais fundamentalmente importante de compartilhar experiências subjetivas.

“A maioria das trocas protolinguísticas envolvendo intenções e objetos são, ao mesmo tempo, trocas afetivas. Cedo na vida, os afetos são tanto o meio primário como o assunto primário da comunicação entre mãe e bebê” (Stern, 1992).

Pesquisas demonstram que o compartilhar de estados afetivos surgem antes do compartilhar dos estados mentais que referenciam objetos fora da díade. Assim, a interafetividade tem papel preponderante na intersubjetividade primária e merecem destaque nos estudos sobre a constituição dos símbolos nas experiências intersubjetivas iniciais.

Stern aponta como as experiências afetivas entram no domínio intersubjetivo através do fenômeno da sintonia do afeto. Neste novo domínio, a mãe expande seu comportamento com relação à criança ao dar um passo além da simples imitação que predominava nas interações diádicas para a nova categoria comportamental: a sintonia do afeto. Como estes comportamentos não ocorrem isoladamente, mais estão enraizados em outros, alguns exemplos serão reproduzidos aqui para fins de esclarecimento:

1 – “Uma menina de dez meses realiza uma rotina divertida com a mãe e então olha para ela. A menina abre seu rosto (sua boca abre, seus olhos se arregalam, suas sobrancelhas se erguem) depois o fecha novamente, em uma série de mudanças cujo contorno pode ser representado por um arco suave. A mãe responde entoando “Sim”, com uma linha de inclinação que sobe e desce conforme o volume dos crescendos e decrescendos: “Sim”. O contorno prosódico da mãe equiparou-se ao contorno cinético-facial da criança”. (Stern, 1992, p. 125).

2 – “Um menino de nove meses está sentado na frente da mãe. Ele tem um chocalho em sua mão e o sacode para cima e para baixo com mostra de interesse e leve divertimento. Enquanto a mãe olha, ela começa a balançar a cabeça para cima e para baixo, mantendo a mesma batida dos movimentos de braço do filho” (Idem).

As sintonias afetivas caracterizam-se por apresentarem certo tipo de imitação, que não é uma reprodução fiel, mas é, frequentemente, modal-cruzada. Ou seja, a modalidade de expressão utilizada pela mãe é diferente da modalidade de expressão utilizada pelo bebê. E, finalmente, o que está sendo igualado não é o comportamento externo, mas o aspecto deste comportamento que reflete o estado afetivo de uma pessoa. Por isso, a sintonia afetiva é a maneira predominante para comungar estados internos, tal como a imitação é a maneira predominante para comungar formas externas.

A sintonia afetiva trata o estado subjetivo como referente, e o comportamento manifesto como uma das muitas manifestações possíveis ou expressões do referente. Sendo assim, mostra ser um importante precursor da capacidade de simbolizar. Segundo Stern, a existência de uma sintonia é à primeira vista, uma impressão clínica, tal como uma intuição. No entanto, identifica três aspectos gerais de um comportamento que poderiam ser igualados, sem haver uma imitação, e assim formar a base para uma sintonia: “intensidade, *timing* e forma”. Afirma que:

“Se imaginarmos uma progressão com o desenvolvimento da imitação para a analogia e metáfora e para os símbolos, este período do senso de eu subjetivo oferece a experiência com a analogia na forma de sintonias, um passo essencial para o uso de símbolos” (Stern, 1992, p. 142).

Imbasciati (1998, p. 142) acrescenta que o conceito de sintonização pode ser confrontado com o que foi descrito por Bion como *reverie* materna e o modelo de continente-contido no que se referem à função de transformação dos afetos primários em “objetos

pensáveis”, semantizados e, portanto, como a matriz dos processos simbólicos.

4.4.

A atenção compartilhada e a comunicação intencional:

O senso de um eu subjetivo ou do relacionar-se intersubjetivo de Stern, coincide em muitos aspectos com a teoria da “intersubjetividade secundária” desenvolvida por Trevarthen. Ambos se referem ao momento onde se inauguram as relações triádicas e, conseqüentemente, coincidem com a emergência do símbolo propriamente dito. Tal como afirma Hanna Segal, “o simbolismo é uma relação tríplice: o símbolo, o objeto que ele simboliza e a pessoa para quem o símbolo é símbolo do objeto” (1993, p. 52). Os eventos de “atenção compartilhada”, o surgimento da habilidade em compreender a intencionalidade do outro como igual a sua, e a emergência da comunicação intencional são características desta nova dimensão intersubjetiva: a “intersubjetividade secundária”.

A intersubjetividade secundária é definida como a possibilidade de um objeto ou um evento tornar-se o foco na interação entre o bebê e seu cuidador. E, mais ainda, a consciência sobre este evento ou objeto torna-se, também, o foco da interação (Stern, 1992, p. 112). Stern (1992), Trevarthen (2001), Tomasello (2003), Hobson (2004) e outros, adotam a noção funcional da “teoria de mentes separadas”. Ou seja, mais ou menos aos sete meses de idade, os bebês descobrem que outros podem manter um estado mental semelhante ao deles próprios. Somente, então, Stern admite o compartilhar da experiência subjetiva ou a intersubjetividade e a emergência do senso de eu subjetivo. Segundo Stern, esta mudança não ocorre independentemente dos processos anteriores. As experiências do senso de eu emergente e senso do eu nuclear consistem nos fundamentos para o senso de eu

subjetivo. É somente com o advento da intersubjetividade que algo semelhante à experiência psíquica subjetiva pode realmente ocorrer. Ou seja, “tanto a separação/individuação quanto novas formas de experienciar a união (estar com) emergem igualmente da mesma experiência de intersubjetividade” (Stern, 1992, p. 114). Colwyn Trevarthen denomina este evento como a entrada na “intersubjetividade secundária”, pois ocorre em seguida às interações pessoa-pessoa, nomeadas por ele como “intersubjetividade primária”. A partir de então, a experiência do bebê com outras pessoas é expandida, pois ele torna-se consciente da consciência de outras pessoas sobre objetos ou eventos.

Podem-se discriminar os comportamentos de atenção compartilhada como uma das evidências observáveis desta intersubjetividade secundária. Pesquisas mostram que bebês aos nove meses são capazes de desviar o olhar da mão que aponta e seguir a linha imaginária até o alvo. O que foi dominado, neste momento, é o procedimento para chegar ao foco de atenção de outra pessoa. Ou seja, ao interagir com a mãe, a criança através de gestos como apontar, seguir o olhar, vocalizar e etc., busca compartilhar a atenção da mesma sobre um evento ou objeto. A criança irá buscar ativamente compartilhar, também, a intenção com outras pessoas sobre os objetos e eventos que os rodeiam. O aumento dos sinais e as mudanças na forma de buscar a atenção do adulto por um objeto, indicam que há intencionalidade na ação da criança. Sendo assim, a ação se transforma em gesto, de acordo com Clark (1978). Ou seja, o gesto emerge quando a ação da criança não se dá apenas acidentalmente na direção de um objeto, por exemplo, mas quando existe a intenção comunicativa. Ou seja, ocorre para produzir um efeito no outro a respeito do objeto e, assim, tem um valor de comunicação intencional. As intenções também se tornam experiências compartilháveis.

Este momento do desenvolvimento foi amplamente discutido também por Michael Tomasello, em “Origens culturais

da aquisição do conhecimento humano” (2003). Neste trabalho, o autor apresenta uma teoria sobre as origens e conseqüências filogenéticas e ontogenéticas da existência desta “teoria da mente”. Afirma que, no âmbito cognitivo, a herança biológica dos homens é muito parecida com a dos outros primatas. Ambos vivem basicamente no mesmo mundo sensório-motor de objetos permanentes dispostos em um espaço representacional. Além disso, também representam cognitivamente relações categoriais e quantitativas entre objetos. Esta compreensão de categorias relacionais, segundo Tomasello, é um precursor potencial da capacidade cognitiva exclusivamente humana de compreender as relações intencionais que os seres animados mantém com o mundo a sua volta.

A habilidade de compreender empaticamente a intencionalidade de co-específicos é identificada pelo autor como biologicamente herdada e, consiste na diferença fundamental entre seres humanos e outros primatas. Esta posição contrapõe-se às posições anteriormente citadas de Stern, Trevarthen e Bates, já que todos estes autores concebem um longo processo como precursor para o desenvolvimento desta habilidade. Porém, compartilham com Tomasello o uso funcional desta “teoria de mentes separadas”. Para este autor, apesar dos primatas possuírem intencionalidade e causalidade, eles não compreendem os outros como agentes intencionais, com estados mentais que podem ser afetados (Tomasello, 2003). Propõe que esta habilidade permite que ocorram dois processos fundamentais para a transmissão cultural humana:

“Os processos de sociogênese, por meio dos quais os indivíduos colaboram entre si para criar artefatos e práticas culturais; e os processos de aprendizagem cultural e internalização do uso e dos aspectos dos produtos criados pelos co-específicos” (Tomasello, 2003).

E, também, apenas na presença desta habilidade fundamental pode-se considerar que ocorra uma comunicação verdadeiramente intersubjetiva, ou seja, com os indivíduos identificando-se mutuamente e cientes de que ambos são sujeitos da ação.

E. Bates (1976), a partir do método de observação naturalística da díade cuidador-bebê, intervenções calculadas e, baseando-se em comportamentos externos e não-verbais, pretende pesquisar a capacidade de formular e executar a comunicação intencional em suas primeiras manifestações, inferindo-a dos gestos, contato ocular e vocalizações pré-linguísticas. Considera o surgimento da comunicação intencional como o primeiro de dois momentos cruciais que dividem a comunicação por símbolos no desenvolvimento. O segundo consiste na emergência dos símbolos propriamente ditos e a descoberta de que as coisas têm nomes. Esta autora considera o simbolizar como a capacidade que permite que algo fique no lugar de algum objeto ou proposição, ou seja, que tenha um valor referencial. E afirma que esta capacidade é construída pelas interações sociais a partir de uma passagem gradual das vocalizações até proposições com valor referencial.

Segundo Bates, uma comunicação, certamente, já ocorre desde o início. O bebê chora e movimenta-se, muitas vezes na direção de um objetivo, e o adulto interpreta o desejo da criança e vai ao seu encontro. No entanto, nos primeiros meses de vida, este comportamento, do ponto-de-vista da criança, é meramente uma reação a um estado interno particular. Em torno dos nove meses, este padrão tende a se modificar no sentido de adquirir uma intencionalidade. A comunicação intencional é definida, por esta autora, como:

“O comportamento sinalizador, no qual o emissor está consciente a priori do efeito que um sinal terá no receptor, e então, persiste neste comportamento até que o efeito tenha sido obtido ou o fracasso claramente indicado” (Bates, 1979, p.36).

Desta forma, as evidências comportamentais que nos permitem inferir a presença da intencionalidade e, de uma “teoria da mente” incluem: a alternância do contato ocular entre seu objetivo e o adulto, enquanto emite algum sinal; o sequenciar, aumentar e substituir sinais até que o objetivo seja obtido; a forma dos sinais individuais, que podem ser aumentados ou abreviados para alcançar o objetivo comunicativo. A partir daí, pode-se inferir que a criança reconhece a natureza convencional dos sinais através da estabilidade na forma destes sinais, regularidade do uso nas rotinas de comunicação, e a adoção de comportamentos arbitrários que só podem derivar da imitação em jogos sociais.

A comunicação intencional ou convencionada ainda não deve ser considerada comunicação simbólica. Somente após determinado período quando um repertório de convenções (vocais e gestuais) é expandido e torna-se estável, que um uso particular destas convenções pode ser nomeado de verdadeiramente simbólico. No início, os gestos e as vocalizações são usados somente como parte de procedimentos performativos. Num segundo momento, as vocalizações ocorrem em contextos mais restritos, no entanto ainda usadas como parte da atividade a que estão vinculadas, como nomear objetos, por exemplo. A fala adquire valor referencial apenas quando é usada para descrever objetos ou eventos em diversos contextos, e então, a palavra é destacada do contexto pela criança e adquire enorme flexibilidade.

Para Bates, quando uma convenção é usada “para evocar, reconhecer, ou ficar no lugar de um referente foi feito um uso convencional como uma ação verdadeiramente simbólica” (Bates 1979, p. 39). Esta definição feita por Bates, remete a diferenciação entre equações simbólicas e símbolos verdadeiros, desenvolvida por Hanna Segal. Segundo Segal, “no simbolismo verdadeiro, o símbolo representa o objeto, mas não é inteiramente equacionado a ele”. (1993, p. 49). O aspecto principal é que o verdadeiro símbolo só pode ser inferido quando a criança é capaz

de realizar que o veículo pode ser substituído por seu referente em certas circunstâncias e, ao mesmo tempo, realizar que não é a mesma coisa que o referente.

O uso efetivo de símbolos é definido por Stern em três categorias: a visão objetiva do eu, a capacidade para o brincar simbólico e o uso da linguagem. A partir do conceito de “imitação adiada”¹ de Piaget, Stern estabelece algumas capacidades necessárias para que o bebê possa negociar o significado compartilhado com outra pessoa a respeito do conhecimento pessoal:

“Deve ser capaz de criar uma representação mental daquilo que vira outra pessoa fazer; deve ter a capacidade física para realizar a ação; deve ter uma boa memória de lembrança ou evocativa a partir de um mínimo de sugestão externa; precisa ter duas versões da realidade: a representação do ato original executado por outro e sua própria execução; e finalmente, deve representar-se como semelhante ao modelo (Idem, p. 146)”.

Assim, essas três conseqüências deste processo; o eu objetificável, o brincar simbólico e a fala, combinam-se alterando o senso de eu subjetivo, para o senso de eu verbal.

A partir destas capacidades, o bebê torna o eu uma entidade objetiva que pode ser vista de fora. A evidência de que o eu tornou-se uma entidade objetivamente percebida é dada, a partir do relato de experimentos feitos com bebês de dezoito meses frente ao espelho. Estes mostraram que ao borrar de ruge uma das faces de bebês de menos de dezoito meses, estes ao olharem-se no espelho, apontam para o mesmo e demonstram, assim, não perceberem que se trata de seu próprio reflexo. Já bebês com dezoito meses, ao deparar-se com sua imagem refletida no espelho, imediatamente, tocam o ruge no próprio rosto. Há então uma consciência de um eu objetificável, ou seja, que pode ser visto como objeto de pensamento e não apenas subjetivamente sentido.

¹ O conceito piagetiano de “imitação adiada” consiste na imitação de um evento na ausência do modelo, o que pressupõe um nível de representação mental. (Piaget, 1971).

O brinquedo simbólico representa o exercício das capacidades para objetificar o eu e para pensar ou imaginar sua vida interpessoal através da coordenação de esquemas mentais e de ação. Assim, os bebês a partir do brinquedo, transcendem a experiência imediata e podem compartilhar experiências do mundo interpessoal bem como operar nele a partir de um espaço que fica entre a imaginação e a realidade.

No momento em que a fala entra em cena, o bebê já adquiriu conhecimento do mundo, funcionamento das coisas inanimadas e de seu próprio corpo, e também, de como as interações sociais funcionam. Ou seja, um rico conhecimento já foi acumulado e poderá encontrar expressão, pelo menos em parte, através das palavras. Esta nova descoberta irá alterar o senso de eu, proporcionando o encontro no domínio do relacionar-se verbal. Para Stern, a fala terá a função de criar a sensação de pertencimento ao mundo de significados compartilhados, criando novas maneiras de “estar-com” através dos símbolos verbais. Identifica a palavra ao conceito winnicottiano de fenômeno transicional, no sentido que esta não pertence ao eu nem ao outro. Ou seja, a palavra é de alguma maneira criada pelo bebê na medida em que já existe um pensamento esperando ser nomeado e, neste momento, algo é oferecido pela mãe. A palavra ocupa uma posição intermediária entre a subjetividade do bebê e a objetividade da mãe.

A aquisição da fala ao mesmo tempo em que está a serviço da condição de estar junto, ao compartilhar significados mutuamente criados, possui também um efeito alienante, segundo Stern. Os domínios do relacionar-se nuclear e intersubjetivo continuam presentes na experiência interpessoal, no entanto, apenas parte destes domínios pode ser transformada a partir de uma versão verbalizada destas experiências. Uma outra parte se mantém como experiência não-verbal, e muitos relacionamentos diferentes podem existir entre a experiência global não-verbal e aquela parte

que foi transformada em palavras. Assim uma descontinuidade na experiência é introduzida. A experiência não verbal global é constituída por um conglomerado de sentimentos, sensação, percepção e cognição. Stern afirma que:

“Tais experiências simplesmente continuam secretas, não verbalizadas, levando uma existência mal-nomeada (e apenas nesta extensão, desconhecida), mas não obstante muito real. Esforços incomuns como a psicanálise, a poesia ou a ficção podem reivindicar parte deste território para a linguagem, mas não no sentido lingüístico usual. E é isso que dá tal poder a esses processos” (Stern, 1992, p. 156).

O eu é inevitavelmente dividido pela linguagem entre uma vida conforme experienciada e conforme narrada, ou seja, esta teoria de Stern supõe duas dimensões da experiência: a dimensão experienciada e a dimensão verbalizada. A linguagem ao especificar uma modalidade sensorial em uso, fratura a experiência global amodal. Para Stern, a fala é funcional para lidar com a informação categórica (afetos categóricos: alegre, triste, surpreso), mas está em desvantagem para expressar a informação gradiente, que diz respeito aos afetos de vitalidade, inerentes as comunicações interpessoais. No entanto, com a emergência da linguagem e do pensamento simbólico, as crianças passam a ter os instrumentos para distorcer e transcender a realidade, e, principalmente, de construir uma narrativa sobre as experiências vividas.